

Operação mira grupo suspeito de comércio ilegal de minério de ferro

Qui 28 novembro

A [Polícia Civil de Minas Gerais \(PCMG\)](#) deflagrou, na manhã desta quinta-feira (28/11), a operação Angra, que resultou no cumprimento de 36 mandados de busca e apreensão em 17 cidades mineiras, incluindo Belo Horizonte e municípios das regiões Metropolitana e Central do estado. O trabalho é decorrente de investigação sobre lavagem de dinheiro, entre outros delitos relacionados, a partir do comércio ilegal de minério de ferro.

Batizada com o nome da deusa do fogo, a operação foi coordenada pelo Departamento Estadual de Investigação de Crimes Contra o Meio Ambiente (Dema), com apoio da [Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável \(Semad\)](#) e da [Secretaria de Estado de Fazenda \(SEF-MG\)](#).

Ponto de partida

Um dos alvos principais da investigação é uma Unidade de Tratamento Minerário (UTM) em Itabirito, região Central do estado, cujos controladores foram indiciados em 2023 por operar sem licença ambiental e destruir espécies da Mata Atlântica.

Conforme apurado, o empreendimento, apontado como destino de minério de ferro de origem ilícita no quadrilátero ferrífero, gerou lucros milionários enquanto os administradores acumulavam ocorrências de crimes ambientais nos últimos dez anos.

“Isso ligou um alerta sobre a vantajosidade que estava sendo a prática dessas condutas criminosas. Mesmo havendo a persecução criminal, eles (indiciados) continuavam reiteradamente praticando esses crimes. Então, iniciou-se uma investigação financeira”, informa a chefe do Dema, delegada-geral Bianca Landau.

Lavagem de dinheiro

Durante os levantamentos, foi identificada a suspeita de um esquema de lavagem de dinheiro envolvendo empresários que comercializavam minério ilegalmente. De acordo com o chefe da Divisão Operacional do Dema, delegado Hugo Arruda, foram identificadas, além da UTM já investigada, outras unidades de tratamento minerário e usinas de processamento de minério de ferro.

“Identificamos uma rede criminosa grande, inclusive usando empresas de fachada, em nome de laranjas, cuja movimentação financeira no período de um ano e meio foi superior a R\$ 260 milhões”, pontua Arruda.

O delegado completa, descrevendo o esquema: “Recebiam esse minério de origem ilícita, beneficiavam o material e usavam empresas de fachada para dar aparência de legalidade a um recurso obtido de forma ilícita”.

Crimes investigados

Os crimes em investigação pela Polícia Civil incluem organização criminosa, receptação qualificada, falsidade ideológica, sonegação fiscal, lavagem de dinheiro e ilícitos ambientais. “A operação de hoje teve como objetivo, basicamente, a arrecadação de documentos e objetos, para que possamos dar sequência às investigações e fazer o correto indiciamento dessas pessoas”, pontua a chefe do Dema.

Os mandados foram cumpridos, além da capital, em Nova Lima, Itabirito, Congonhas, Contagem, Rio Acima, Divinópolis, Sete Lagoas, Barão de Cocais, Santa Bárbara, Bom Jesus do Amparo, Cachoeira da Prata, Maravilhas, Itatiaiuçu, São José da Lapa, Esmeraldas e Ribeirão das Neves.